VASCONCELOS MAZZA, por preencherem os requisitos previstos no art. 89 e 98 da LCE nº 057/2006:

Os candidatos JAIRO JOSÉ DE ALENCAR SANTOS e ANA PAULA SILVEIRA PARENTE foram exonerados (Atos nºs 97 e 99/2017, DOE de 20.04.2014).

A candidata PATRÍCIA PIMENTEL RABELO ANDRADE protocolou sua inscrição na data de 20.01.2017, portanto, intempestiva.

As candidatas FLÁVIA MIRANDA FERREIRA e NAIARA VIDAL NOGUEIRA tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foram protocoladas em data anterior à sessão de julgamento de suas remoções, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

Os candidatos EMERSON COSTA DE OLIVEIRA e MÁRCIO DE ALMEIDA FARIAS foram removidos aos cargos de 1º PJ de Canaã dos Carajás e PJ de Afuá, respectivamente.

O candidato LUIZ DA SILVA SOUZA desistiu de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, aplicando o sistema de pontuação, de acordo com o preceituado na Resolução nº 003/2014/MP/CSMP, apreciando objetivamente os fatos e dados concretos constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as informações prestadas pelos candidatos, concluiu pelo seguinte julgamento, nos termos do art. 26, II da LCE nº 57/2006: à unanimidade, DECIDIU INDICAR a Promotora de Justiça MONIQUE NATHYANE RIBEIRO COELHO à remoção para o cargo de PJ DE IPIXUNA DO PARÁ sem a necessidade de atribuição de pontuação pelos Conselheiros, por ser a única candidata no quinto a preencher os pressupostos do art. 93, inciso II, alínea "b" parte final e VIII-A c/c art. 129, § 4º da Constituição Federal c/c art. 61, inciso IV da Lei Federal nº 8625/93 e art. 151, inciso II, alínea "b" c/c 184, inciso II da Constituição Estadual. Em razão da inexistência de outros candidatos que preenchem os requisitos constitucionais, não ocorreu a formação de lista tríplice.

Registrou-se ausência justificada do Presidente do Conselho, Dr. Gilberto Valente Martins.

2.6. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ DE ANAJÁS, pelo critério de ANTIGUIDADE - ED-066/2016 - Processo nº 013/2017/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DISPONIBILIZOU a vaga para provimento inicial, nos termos do art. 79, inciso V, da LCE nº 057/2006, considerando que dos cinco candidatos inscritos, quatro desistiram de participar do certame e um foi exonerado, ficando este deserto.

Registrou-se ausência justificada do Presidente do Conselho, Dr. Gilberto Valente Martins.

2.7. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ DE MELGAÇO, pelo critério de MERCIMENTO - ED-067/2016 - Processo nº 014/2017/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, apreciou e DEFERIU a inscrição dos candidatos BRUNO SARAVALLI RODRIGUES, GABRIELA RIOS MACHADO, THIAGO TAKADA PEREIRA, por preencherem os requisitos previstos no art. 89 e 98 da LCE nº 057/2006:

O candidato JAIRO JOSÉ DE ALENCAR SANTOS foi exonerado (ATO Nº 99/2017, DOE de 20.04.2014).

A candidata NAIARA VIDAL NOGUEIRA teve sua inscrição prejudicada, considerando que foi protocolada em data anterior à sessão de julgamento de sua remoção, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

O candidato MÁRCIO DE ALMEIDA FARIAS foi removido ao cargo de PJ de Afuá.

Os candidatas LUCIANA VASCONCELOS MAZZA, EMERSON COSTA DE OLIVEIRA e PATRÍCIA PIMENTEL RABELO ANDRADE desistiram de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, aplicando o sistema de pontuação, de acordo com o preceituado na Resolução nº 003/2014/MP/CSMP, apreciando objetivamente os fatos e dados concretos constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as informações prestadas pelos candidatos, concluiu pelo seguinte julgamento, nos termos do art. 26, II da LCE nº 57/2006: à unanimidade, DECIDIU INDICAR o Promotor de Justiça THIAGO TAKADA PEREIRA à remoção para o cargo de PJ DE MELGAÇO sem a necessidade de atribuição de pontuação pelos Conselheiros, por ser o único candidato no quinto a preencher os pressupostos do art. 93, inciso II, alínea "b" parte final e VIII-A c/c art. 129, § 4º da Constituição Federal c/c art. 61, inciso IV da Lei Federal nº 8625/93 e art. 151, inciso II, alínea "b" c/c 184, inciso II da Constituição Estadual. Em razão da inexistência de outros candidatos que preenchem os requisitos constitucionais, não ocorreu a formação de lista tríplice.

Registrou-se ausência justificada do Presidente do Conselho, Dr. Gilberto Valente Martins.

2.8. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ DE AUGUSTO CORREA, pelo critério de ANTIGUIDADE - ED-068/2016 - Processo nº 015/2017/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, apreciou e DEFERIU a inscrição dos candidatos BRUNO SARAVALLI

RODRIGUES, LUCIANA VASCONCELOS MAZZA, LUIZ DA SILVA SOUZA, TIAGO ARRUDA DA PONTE LOPES, GUILHERME LIMA CARVALHO, GABRIELA RIOS MACHADO, CICERO BARBOSA MONTEIRO JUNIOR, HELEM TALITA LIRA FONTES BEDIN, RAFAEL MOREIRA STEINBERGER, PAULA SUELY DE ARAÚJO ALVES CAMACHO, por preencherem os requisitos previstos no art. 89 e 98 da LCE nº 057/2006:

Os candidatos JAIRO JOSÉ DE ALENCAR SANTOS e ANA PAULA SILVEIRA PARENTE foram exonerados (Atos nºs 97 e 99/2017, DOE de 20.04.2014).

A candidata PATRÍCIA PIMENTEL RABELO ANDRADE protocolou sua inscrição na data de 20.01.2017, portanto, intempestiva.

Os candidatos RUI BARBOSA LAMIM, NAIARA VIDAL NOGUEIRA e FLÁVIA MIRANDA FERREIRA tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foram protocoladas em data anterior à sessão de julgamento de suas remoções, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

Os candidatos EMERSON COSTA DE OLIVEIRA, MÁRCIO DE ALMEIDA FARIAS, THIAGO TAKADA PEREIRA, FRANCISCO SIMEÃO DE ALMEIDA JÚNIOR e MONIQUE NATHYANE RIBEIRO COELHO foram removidos nesta sessão.

A candidata NAYARA SANTOS NEGRÃO desistiu de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o Promotor de Justiça LUIZ DA SILVA SOUZA, que ocupa a 40ª posição na lista de antiguidade da 1ª entrância, para remoção ao cargo de PJ DE AUGUSTO CORRÊA, em razão de ser o candidato mais antigo concorrendo no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

Registrou-se ausência justificada do Presidente do Conselho, Dr. Gilberto Valente Martins.

2.9. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ DE TERRA SANTA, pelo critério de MERCIMENTO - ED-069/2016 - Processo nº 016/2017/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, apreciou e DEFERIU a inscrição dos candidatos GUILHERME LIMA CARVALHO, LIVIA TRIPAC MILEO CÂMARA, por preencherem os requisitos previstos no art. 89 e 98 da LCE nº 057/2006:

O candidato JAIRO JOSÉ DE ALENCAR SANTOS foi exonerado (ATO Nº 99/2017, DOE de 20.04.2014).

A candidata NAIARA VIDAL NOGUEIRA teve sua inscrição prejudicada, considerando que foi protocolada em data anterior à sessão de julgamento de sua remoção, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

Os candidatos EMERSON COSTA DE OLIVEIRA e MÁRCIO DE ALMEIDA FARIAS foram removidos aos cargos de 1º PJ de Canaã dos Carajás e PJ de Afuá, respectivamente.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, aplicando o sistema de pontuação, de acordo com o preceituado na Resolução nº 003/2014/MP/CSMP, apreciando objetivamente os fatos e dados concretos constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as informações prestadas pelos candidatos, concluiu pelo seguinte julgamento, nos termos do art. 26, II da LCE nº 57/2006: à unanimidade, INDICOU o Promotor de Justiça GUILHERME LIMA CARVALHO à remoção para o cargo de PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TERRA SANTA, por ter obtido a maior pontuação na somatória das notas atribuídas pelos Conselheiros, com o total de 618,5 pontos. Integrou a lista de merecimento, para fins de consecutividade e alternância o único outro inscrito que compõe a quarta quinta parte da lista de antiguidade da primeira entrância, Promotora de Justiça LÍVIA TRIPAC MILEO CÂMARA, com 342,5 pontos. Em razão da inexistência de outros candidatos que preenchessem os requisitos para a definição do nome do terceiro integrante da lista tríplice, esta foi composta por dois Promotores de Justiça, nos termos do art. 61, inciso IV (parte final) da Lei nº 8625/93.

Registrou-se ausência justificada do Presidente do Conselho, Dr. Gilberto Valente Martins.

Julgamento de Processos

3.1. Processos de Relatoria da Conselheira Rosa Maria Rodrigues Carvalho:

3.1.1. Processo nº 000037-012/2017
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará - AMPEP
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Origem: Conselho Superior Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Pedido de alteração do Regimento Interno do Conselho Superior, visando à previsão legal de assento e voz para a Ampep.

Após a leitura do relatório pela Conselheira Relatora, o Exmo. Presidente do Conselho Superior convidou o Presidente da Ampep, Dr. Manoel Victor Sereni Murrieta, para tomar assento e fazer a sustentação oral solicitada, prevista em Regimento, onde se manifestou, primeiramente, saudando o Presidente do Conselho e a todos os Conselheiros presentes e de maneira especial o Corregedor-Geral, Dr. Almerindo José Cardoso Leitão,

por ter conhecimento que seria sua última sessão no Egrégio Conselho Superior, externando palavras de saudade e alegria. Frisou que o Exmo. Dr. Almerindo José Cardoso Leitão nunca deixará de ser membro do Ministério Público, recebendo os elogios da Associação e de seu Presidente, por toda admiração e amizade, pelo que representa a todos.

Se manifestou partindo da fundamentação de que a Constituição Federal, em seu art. 5º, XXI, confere às entidades de classe a possibilidade de defesa judicial e extrajudicial, entendendo que a defesa extrajudicial inclui também a atuação nos processos administrativos de interesse da classe, tendo também que observar a prática recente de utilização da figura do "amicus curiae" que tem sido lançada pelo Supremo Tribunal Federal - STF em quase todos os procedimentos de maior debate. Se atendo ainda ao entendimento da Súmula nº 05, do STF, retirando dela somente o ensinamento de que se estamos diante do processo administrativo, que não precisa de advogado, mas se o Supremo define que a ampla defesa e o contraditório é o mote para que se tenha a eficácia do processo, questionou o Colegiado se não seria ampla defesa terem a autodefesa do interessado, a defesa técnica do advogado e a defesa institucional pelas entidades de classe. A partir disso, disse que vê que esse aceno do STF, mais a figura do "amicus curiae", trazem uma nova roupagem de atuação e definição dos limites do art. 5º, XXI. Disse que também existem, como bem lançado no relatório da Exma. Conselheira, Dra. Rosa Carvalho, alguns precedentes do CNMP, na Bahia, onde foi negada a voz à Associação na discussão do Colegiado e, o CNMP se posicionou no sentido de que a entidade tem direito de usar a voz. Que no Estado do Amazonas, em caso análogo, onde o membro da Associação foi convidado a se retirar porque seria um processo sigiloso, onde o CNMP se posicionou que a entidade deveria estar presente, salvo contra-ordem do associado. E, o caso mais emblemático que é o do Ministério Público de Pernambuco que editou uma Resolução, definindo as regras de atuação das entidades de classe nos Colegiados. Partindo dessa nova forma de atuação é que foi trazido ao conhecimento desse Colegiado a intenção da Associação em ter reconhecido no Regimento Interno essa possibilidade, frisando aos Conselheiros que a Associação tem maturidade, consciência e senso de conveniência, não sendo o caso de querer assento de Conselheiro, que não se trata de querer votar ou discutir voto, se trata apenas de trazer uma manifestação, uma colaboração, uma tentativa de auxílio naquele debate, e que tem sido a postura que a diretoria vem apresentando diante do Egrégio Conselho Superior. Deixou claro que esse pedido é importantíssimo para a entidade de classe porque não deixar essa figura cristalina no Regimento Interno pode, num momento futuro, diante de ruídos ou inseguranças momentâneas que a Instituição viva, ameaçar a atuação da entidade de classe, pedindo aos Exmos. Conselheiros a sensibilidade necessária na presente votação e realçando a importância desse momento para o crescimento da defesa das prerrogativas do membro do Ministério Público pelas suas entidades.

Dando continuidade a Exma. Conselheira Relatora, Dra. Rosa Maria Rodrigues Carvalho, proferiu seu voto, no sentido de indeferir o pedido, em tudo observadas as formalidades legais.

O Exmo. Presidente da Ampep, Dr. Manoel Victor Sereni Murrieta, apresentou uma questão de fato, indagando se o entendimento proveniente da leitura do voto é que se é reconhecido o direito da associação, apenas não se concordando com a inserção no Regimento Interno. A Exma. Conselheira Relatora Dra. Rosa Maria Rodrigues Carvalho respondeu que não quanto à questão de assento e voto, porque muitas coisas que estão previstas na Resolução de Pernambuco, este Conselho já reconhece, porque é feito desta forma.

Posto em discussão o Exmo. Presidente do Conselho, Dr. Gilberto Valente Martins, esclareceu que o pleito da Associação seria expressamente prever no regimento a voz da associação, e se para isso vão alterar o regimento para colocar o que já é permitido hoje, o que ele depreende não ser o entendimento da Exma. Relatora, que acha que não se justifica fazer alteração no regimento já que se tem isso como prática reiterada. Prosseguindo disse que se tem isso como uma prática, e uma prática também já observada por outros Colegiados, da mesma que o CNMP prevê essa possibilidade de fazer uso da palavra pelas associações, se manifestou no sentido de que poderiam colocar expressamente no Regimento Interno e lançou algumas reflexões a se considerar: primeiro, afirmou que se temos isso como prática frequente, por que não regulamentar, segundo, o direito à voz em matéria de interesse institucional e caráter geral e; por fim, o ponto da confidencialidade de alguns temas, e no seu entendimento a conclusão seria a de provimento parcial do pleito da associação.

O Exmo. Corregedor-Geral, Dr. Almerindo José Cardoso Leitão, iniciou considerando que o regimento não permite a manifestação de pessoas estranhas ao Conselho Superior, salvo autorizado pelo presidente ou solicitado por algum Conselheiro, regra adotada pelo Conselho Superior. Na situação pleiteada de assento e voz, disse que parece que é de se integrar o Conselho Superior, se assemelha à condição de Conselheiro, contudo o